

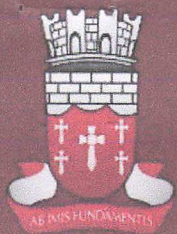
4ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17/02/2025

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM: 14 / 03 / 2025

*Helano Segundo*  
1º Secretário

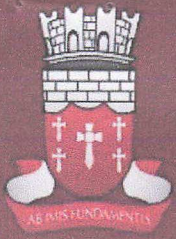
Ata da Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, na sua décima nona legislatura e no seu primeiro período ordinário de dois mil e vinte e cinco. No décimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, na sua sede Edifício Casa Otacílio Jurema, na Alameda Doutor Sabino Rolim Guimarães, sem número, nesta cidade, realizou-se a presente sessão ordinária, sob a presidência do vereador Lindberg Lira de Souza e Secretariada pelos vereadores Antônio Helano Vieira da Silva Segundo (Helano Segundo) e Lamarque Barros Campos de Souza, primeiro e segundo secretário, respectivamente, sendo Lamarque o secretário em substituição ao vereador Lualas Barrozo. Compareceram à sessão os vereadores: Adjailson Bezerra Quintino (Ninha do Frigorífico), Marcos Antonio Gomes da Silva (Marcos do Riacho do Meio), Fábio Borges Leite, Sara Sheyla Santana Alves, Alysson Américo de Oliveira (Alysson Voz e Violão), Luzia Trajano de Souza, Rodrigo Lira Damascena, Roberto Santana de Figueiredo (Roberto das Redes) e Victor Bruno Gonçalves Dias. O presidente abriu a sessão e convidou a vereadora Sara Sheyla para a leitura do Salmo. Após a leitura do Salmo, o presidente solicitou ao primeiro secretário a leitura das atas da 66ª e 67ª Sessões Ordinárias de 2023, que posteriormente foram aprovadas por todos. Em seguida, o primeiro secretário fez a leitura do material da Primeira Secretaria, que constou o seguinte: OFÍCIO nº 085, de 25 de fevereiro de 2025, que solicitou à Câmara Municipal de Cajazeiras a apreciação e votação do PROJETO DE LEI nº 17/2025, que tratava do equacionamento do déficit técnico atuarial do regime próprio de previdência social do município. A prefeita sancionou a Lei que instituiu o plano de amortização por alíquotas, conforme parecer atuarial de 2025, com base no ano de 2024. A Lei entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2025 e revogou a Lei nº 3.051/23. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 18/2025 que criou a Feira Livre Municipal de Agricultura Familiar e dá outras providências, de autoria do vereador Rodrigo Lira. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 02/2025, que concedeu o título de Cidadão Cajazeirense, de autoria do vereador Victor Bruno, ao professor de direito, Heberth José Melo de Barros, a ser entregue em Sessão Solene desta Casa.



REQUERIMENTO nº 03/2025 do vereador João da Coca, que solicitou ofício ao secretário de Infraestrutura, requerendo que sejam colocados 12 tambores para a coleta de lixo no distrito de Serra da Arara e 4 tambores no sítio Cachoeirinha dos Militões. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Fábio Borges, que solicitou à Secretaria de Infraestrutura/Planejamento o requerimento de pavimentação, por meio de asfaltamento ou pavimentação em paralelepípedo, da Rua Geni Pereira de Souza, no bairro Jardim Oásis. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Fábio Borges, que solicitou à Secretaria de Infraestrutura/Planejamento o requerimento de pavimentação, por meio de asfaltamento ou pavimentação em paralelepípedo, da Rua João Lins de Albuquerque, ao lado do muro do seminário, no bairro Cristo Rei. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Victor Bruno, que solicitou à Prefeitura Municipal, à Secretaria de Infraestrutura e à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos, a construção de uma passagem molhada no Sítio Papa Mel. REQUERIMENTO nº 03/2025 do vereador Helano Segundo, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano a pavimentação da Rua José Ferreira Pires, no bairro Fátima Santos. REQUERIMENTO nº 04/2025 do vereador Helano Segundo, que solicitou ao superintendente do DNIT a suspensão imediata do tráfego na via de acesso à Av. Francisco Arcanjo de Albuquerque, através do contorno em frente à ECIT Professora Niceia Claudino, no trecho do km 502 da BR-230, até que sejam adotadas medidas definitivas para prevenir novos acidentes. REQUERIMENTO nº 05/2025 do vereador Helano Segundo, que solicitou ao superintendente do DNIT a reinstalação de redutor de velocidade e sinalização horizontal na BR-230, entre os km 500 e 502, devido ao tráfego lento de veículos. REQUERIMENTO nº 06/2025 do vereador Helano Segundo, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano a pavimentação da Rua Fausto Rolim, no bairro Tecedores. REQUERIMENTO nº 06/2025 do vereador Lualas Barrozo, que solicitou à Prefeitura Municipal, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e à Secretaria de Infraestrutura a construção de Complexo Esportivo Aprígio Nogueira, no bairro Capoeiras. REQUERIMENTO nº 16/2025 da vereadora Raelsa Borges, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Desenvolvimento Rural e



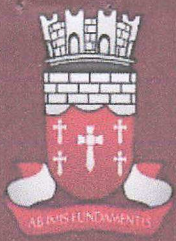
Recursos Hídricos a realização de conserto dos pontos críticos das estradas do Sítio Jatobá, na entrada em frente ao Centro Universitário Santa Maria. REQUERIMENTO nº 17/2025 da vereadora Raelsa Borges, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Infraestrutura a pavimentação a paralelepípedo, limpeza e toda estrutura necessária na Rua Ademar Rolim, no bairro Capoeiras. REQUERIMENTO nº 19/2025 da vereadora Raelsa Borges, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Infraestrutura a pavimentação a paralelepípedo da Rua Francisco Leite de Lima, no bairro Sol Nascente. REQUERIMENTO nº 20/2025 da vereadora Raelsa Borges, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Infraestrutura a realização de conserto, limpeza e toda infraestrutura necessária da praça da Av. Joca Claudino. REQUERIMENTO nº 21/2025 da vereadora Raelsa Borges, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Infraestrutura a pavimentação a paralelepípedo da Rua Maria de Lourdes de Lira Maciel, no bairro Sol Nascente. REQUERIMENTO nº 10/2025 do vereador Rodrigo Lira, que solicitou à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano a pavimentação da Rua Francisca Pereira da Silva, localizada no bairro Pio X. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Marcos do Riacho do Meio, que solicitou à Secretaria de Infraestrutura e à Prefeitura Municipal a reposição de lâmpadas no Assentamento Santa Cecília e a implantação de braços para que as novas lâmpadas sejam colocadas. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Marcos do Riacho do meio, que solicitou à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos e à Prefeitura Municipal a construção de uma passagem molhada no Sítio Caiçara 1. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Marcos do Riacho do meio, que solicitou à Secretaria de Educação, à Secretaria de Juventude e Esporte e à Prefeitura Municipal a construção de um ginásio poliesportivo no Sítio Riacho do Meio. REQUERIMENTO s/nº/2025 do vereador Marcos do Riacho do meio, que solicitou à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos e à Prefeitura Municipal a pavimentação a paralelepípedo em ladeira do Sítio Matuto. REQUERIMENTO nº 03/2025 do vereador Roberto das Redes, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos a recuperação da Ladeira que dá acesso ao Sítio Catolé. REQUERIMENTO nº 04/2025 do vereador Roberto das Redes, que solicitou à



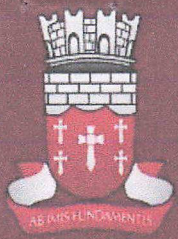
Prefeitura Municipal e à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos a construção de poço artesiano no Sítio Santo Antônio. REQUERIMENTO nº 05/2025 do vereador Roberto das Redes, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos a construção de uma passagem molhada no Sítio Angelim. REQUERIMENTO nº 06/2025 do vereador Roberto das Redes, que solicitou à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Obras e Serviços Públicos a construção de um posto âncora no Sítio Zé Dias. Depois de lido o material de expediente da Primeira Secretaria, o presidente convidou o segundo secretário para a leitura do material da Segunda Secretaria, que mencionou o seguinte: OFÍCIO nº 001/2025 da Prefeitura Municipal, que convidou a Câmara Municipal para o seminário Gestão Pública Eficiente: Estratégias de Planejamento, Controle e Transparência, a ser realizado no dia 18 de fevereiro, às 10 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação. OFÍCIO nº 24/2025 da SCTRANS, que encaminhou à Câmara Municipal, por meio de CD, os balancetes mensais de novembro e dezembro de 2024. ATESTADO médico do vereador Lualas Barrozo, portador da CID-5002, que necessitou de 10 dias de afastamento do trabalho a partir do dia 15 de fevereiro de 2025. DECLARAÇÃO da vereadora Raelsa Borges, assinada pelo médico neurologista David Sampaio, de que vereadora acompanhou sua filha, Ariane Borges, no dia 17 de fevereiro de 2025. Após a leitura do material de expediente, o vereador Alysson Voz e Violão solicitou, pela ordem, um REQUERIMENTO VERBAL para a iluminação da estrada que liga Cajazeiras à Faculdade São Francisco da Paraíba. Ele informou que o projeto já havia sido apresentado na legislatura anterior e que, segundo Alysson Lira, já existia um projeto para a implantação da iluminação. Por fim, pediu à prefeita Socorro Delfino que desse continuidade ao projeto, devido aos diversos acidentes ocorridos naquele trecho. Pela ordem, a vereadora Sara Sheyla disse que foi um dos seus primeiros requerimentos e que, com certeza, todos deveriam seguir juntos nessa luta, pois é de suma importância. Em seguida, não havendo orador inscrito para o pequeno expediente, o presidente deu início ao grande expediente e convidou a vereadora Luzia Trajano para fazer uso da palavra. A vereadora Luzia solicitou ao primeiro secretário um REQUERIMENTO VERBAL, pedindo à secretária de Saúde, Mychelle



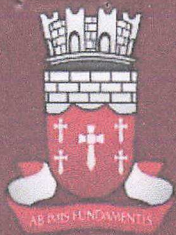
Noleto, o pagamento do aluguel atrasado da residência no sítio Cachoeirinha, onde funciona o posto Âncora, da UBS Patamuté, referente a 10 meses. A vereadora também pediu que a prefeita e a secretária de Educação agilizem a conclusão da reforma da escola do Distrito de Patamuté, que já se arrasta há 8 meses, com a promessa de entrega da obra em 6 de fevereiro não cumprida. Além disso, a vereadora requereu, por meio de outro REQUERIMENTO VERBAL, providências urgentes para o abastecimento de água no Assentamento Mãe Rainha, conforme promessa da deputada Dra. Paula. Por fim, ela expressou solidariedade à comunidade LGBTQI+ pela não realização do bloquinho da diversidade, devido à falta de apoio logístico, apesar de recursos disponíveis para outras atrações do carnaval. O vereador Marcos do Riacho do Meio, ao ser concedida uma parte da fala, parabenizou a vereadora pela preocupação com a zona rural e afirmou que todos têm a responsabilidade de buscar melhorias para essa área. Ele mencionou que conhece a obra da reforma da escola de Patamuté e reconheceu a boa vontade da prefeita Socorro Delfino, que já reformou 25 escolas no município quando foi secretária. O vereador também afirmou que, apesar das dificuldades com as empresas, acredita que a obra será concluída e que, no futuro, as mães parabenizarão a prefeita. Ele destacou ainda as inaugurações recentes, como a da UBS Âncora no sítio Poços. Em seguida, o vereador aproveitou a oportunidade para trazer uma preocupação sobre o transporte escolar estadual, que está sem funcionamento desde o início das aulas. Ele relatou que foi procurado por várias pessoas, principalmente da zona rural, que têm sido prejudicadas com a falta de transporte. A vereadora Luzia Trajano respondeu, esclarecendo que o transporte já estará regularizado a partir de amanhã em todas as comunidades da zona rural, e explicou que a diretora da 9ª Gerência de Educação teve um problema de saúde, mas que o serviço já será restabelecido. Luzia mencionou a transferência de alunos para o Colégio João Milanês devido ao atraso na obra e confirmou que a reforma visa proporcionar um ambiente melhor para os estudantes. O vereador Helano Segundo, ao pedir uma parte da fala, questionou a vereadora sobre a situação do imóvel do sítio Cachoeirinha, em relação ao contrato de aluguel. A vereadora respondeu que o contrato está assinado e em vigor até agosto de 2025, com 10



meses de aluguel atrasado. O vereador Marcos do Riacho do Meio retornou à questão do posto Âncora no sítio Cachoeirinha, questionando sobre a possível doação de um fogão e botijão. A vereadora esclareceu que não tem conhecimento sobre essas doações, mas reafirmou que a mudança para outra residência está em andamento. Ela também destacou que há casas melhores que poderiam ser utilizadas, mas que a escolha foi outra. Por fim, concluiu sua fala e pediu à secretária que conclua a reforma da escola de Patamuté. Em seguida, o presidente Lindberg mencionou que ele esteve na reunião na Secretaria de Educação, onde foi definido que a escola seria entregue completamente no dia 15 de março. Posteriormente, o presidente convidou o vereador Helano Segundo para fazer uso da palavra. O vereador usou seu tempo na Tribuna para falar sobre dois requerimentos que haviam sido apresentados e que seriam votados em seguida. O primeiro tratava da manutenção na BR-230, trecho que corta a cidade. Ele destacou que, após a recapagem da pista, algumas sinalizações horizontais e redutores de velocidade retirados não haviam sido recolocados, o que estava causando preocupação, principalmente em um trecho movimentado que envolve instituições de ensino e comércios. O vereador ressaltou a importância de restabelecer a sinalização para evitar acidentes e mortes. O segundo requerimento solicitava a interdição imediata de uma via de contorno entre a BR-230 e a Av. Francisco Arcanjo de Albuquerque, em frente ao SEST SENAT, onde já ocorreram acidentes, incluindo um óbito. Ele pediu que o DNIT tomasse providências para garantir a segurança dos motoristas. Helano também mencionou que a sinalização nunca havia sido feita em frente à Escola Técnica, apesar de ser uma instituição voltada para adolescentes. Ele destacou a urgência dos requerimentos, que visavam prevenir novos acidentes e salvar vidas. Em seguida, o presidente convidou o vereador Alysson Voz e Violão para fazer uso da palavra. O vereador iniciou sua fala cumprimentando o colega vereador Fábio Borges, mas afirmou que não deveria perder tempo com ele e que o tempo deveria ser gasto com a Polícia Federal, em referência a denúncias. Ele ressaltou que suas cobranças e denúncias eram feitas em defesa do povo e que não tinha interesse em discutir com colegas vereadores, mas em cumprir seu papel. Ele então falou sobre a visita a João Pessoa, junto com

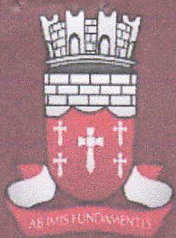


o vereador Lamarque, onde estiveram na CAGEPA discutindo a licitação do esgotamento sanitário ao redor do Açude Grande. Alysson também mencionou a cobrança que fez na Secretaria de Educação, abordando problemas de transporte, como veículos em conserto que afetavam o transporte de alunos. Além disso, o vereador relatou a visita ao Tribunal de Contas, onde buscou esclarecimentos sobre o adiamento da sessão que trataria das denúncias envolvendo a COOPBRAS e o IGESP. Alysson lembrou que, durante a sessão, o ex-presidente do Tribunal foi enfático ao afirmar que prefeituras que contratassem por meio de cooperativas poderiam ser prejudicadas, e destacou que a ex-gestão de Cajazeiras teria problemas relacionados a isso. Por fim, ele fez um alerta sobre o uso de dinheiro público em festas de Carnaval, citando o caso de Cajazeiras. Alysson criticou a contratação de DJ Alok, sugerindo que os músicos locais poderiam ser mais valorizados, e mencionou o custo elevado do contrato, fazendo referência à contratação de Alok para o evento, comparando-o com o valor irrisório pago a bandas locais de renome, como a banda Pagodão SA. Alysson questionou, no final de sua fala, se estava proibida a entrada de bebidas no corredor da folia do Carnaval de Cajazeiras, pedindo uma resposta sobre o assunto. Pela ordem, o vereador Fábio Borges informou que não tinha a intenção de falar, mas o colega vereador Alysson citou uma parte de uma entrevista que ele havia prestado naquela semana. Fábio explicou que havia dito pessoalmente que não tinha um minuto para questões políticas com o vereador, e que não tinha a intenção de ofendê-lo. Também mencionou que não tinha tempo para o presidente Bolsonaro e que esperava que ele não se preocupasse e fosse falar com ele sobre isso. Em relação ao que o colega dissera sobre a Polícia Federal, Fábio esclareceu que não tinha conhecimento, mas, se a Polícia Federal o estivesse investigando, isso seria bom. Ele coordenou o principal programa federal no município, e a Polícia Federal tem exatamente essa função de investigar. Ressaltou que tinha a consciência tranquila e que o povo já havia feito essa investigação a seu favor. Pela ordem, o vereador Marcos do Riacho do Meio destacou que o vereador Alysson Voz e Violão adota posturas contraditórias em seus discursos. Segundo ele, Alysson criticou a ausência do Xamegão no governo anterior, organizando manifestações, mas agora se opõe

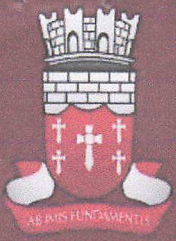


Estado da Paraíba  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
Ed. Francisco Matias Rolim  
Casa Otacílio Jurema

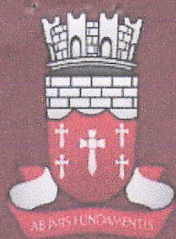
ao carnaval promovido pela prefeita Corrinha Delfino. Marcos ressaltou a importância dos eventos culturais para Cajazeiras e elogiou a prefeita pela realização de um dos maiores carnavais da Paraíba. Embora preferisse a valorização exclusiva de bandas locais, reconheceu a necessidade de atrações de grande apelo para fomentar o turismo e o comércio. O vereador Alysson Voz e Violão rebateu as declarações do vereador Marcos do Riacho do Meio, afirmando que sua fala foi mal interpretada. Segundo ele, não é contra a realização do carnaval, mas questiona o alto investimento público no evento em detrimento da qualidade dos serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. Alysson comparou o custo do Xamegão, que teria sido realizado com menos de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a contratação do DJ Alok por R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais). Criticou a destinação desses recursos e sugeriu que a população fosse consultada sobre a prioridade desse gasto. Por fim, destacou que sua posição é respaldada pelo Tribunal de Contas e reforçou que não se opõe às festividades, mas à forma como os recursos públicos estão sendo utilizados. Pela ordem, o vereador Helano Segundo solicitou que todos os requerimentos fossem postos em um só processo de votação. O vereador Ninha do Frigorífico, ao ouvir as declarações do colega Alysson Voz e Violão, afirmou que não pretendia se pronunciar, mas se sentiu incomodado com a forma como o vereador faz política. Segundo ele, a resposta sobre a contratação de atrações será dada pela população no evento, que demonstrará sua aprovação ou não. Ninha criticou a postura de Alysson, lembrando que, em gestões anteriores, ele organizou manifestações culturais e agora se opõe à realização de um grande evento. Destacou que, caso haja irregularidades, como atraso de pagamentos ou mau uso dos recursos públicos, concordaria com as críticas, mas, até o momento, considera a iniciativa positiva. Por fim, lamentou a insatisfação de Alysson com a contratação de uma atração nacional, ressaltando que ele próprio já viajou para prestigiar eventos semelhantes em outras cidades. Argumentou que Cajazeiras também merece receber grandes artistas e questionou a real motivação da crítica. O vereador Helano Segundo solicitou a palavra e ressaltou que a questão do gosto musical é subjetiva, reconhecendo que o vereador Alysson, como artista, tem suas preferências. No entanto, enfatizou que o



carnaval da cidade é eclético, contemplando diversos estilos musicais, e parabenizou a prefeita Corrinha pela diversidade na programação. Ele também lembrou que, em um passado recente, um artista nacional foi contratado por um valor semelhante em São José de Piranhas. Questionou se, naquele caso, havia equipamentos de saúde como mamógrafo, tomógrafo e raio-x novos, sugerindo que o investimento poderia ter sido destinado a essas áreas. Encerrando, o vereador Ninha disse que era preciso torcer pelo melhor e que não havia dúvida de que Cajazeiras teria um grande carnaval. Afirmou que a população é que julgaria se Alok merecia ou não receber o investimento e se a atração atrairia público para a praça. Caso isso não acontecesse, garantiu que voltaria à Câmara no dia seguinte para pedir desculpas ao colega vereador Alysson, reconhecendo que Alok não tinha sido uma boa escolha. Por outro lado, se o evento fosse um sucesso, disse que esperava que o colega também se retratasse e respeitasse o DJ Alok. Pela ordem, o Vereador Alysson afirmou que não poderia aceitar aquele comentário, pois considerava que estavam ignorando suas falas. Ressaltou que a discussão não era sobre a quantidade de público, a aceitação do evento ou suas preferências musicais, mas sim sobre a utilização de recursos públicos. Enfatizou que o alerta não partiu dele, mas do TCE, por meio do presidente Fábio Nogueira, e que estava apenas trazendo à Casa uma denúncia feita por ele. Alysson destacou que nunca se posicionou contra a realização de festas e que, pelo contrário, sempre defendeu que elas acontecessem. No entanto, criticou a tentativa de desviar o foco da questão e reafirmou que, em nenhum momento, disse que o evento não teria público. Questionou a comparação entre Alok e artistas como Wesley Safadão e Bell Marques, ressaltando que bandas desse porte contam com dezenas de músicos. Declarou ter conhecimento sobre bandas e pediu respeito às suas colocações. O vereador ainda apontou que o valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para a apresentação de Alok era desproporcional, considerando que o Pagodão SA cobraria menos de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Para ele, essa diferença representava um desrespeito à cidade e aos músicos locais. Afirmou que Didi Nery, assim como todos os músicos de Cajazeiras, tinha seu respeito e que não trocaria nenhum deles por Alok. Pela ordem, o Vereador Ninha afirmou que parecia



que até a promotora do Ministério Público havia tido um momento de descanso, já que, segundo ele, o Vereador Alysson estava diariamente no Ministério Público e, agora, no Tribunal de Contas, mas sem apresentar qualquer denúncia concreta contra a gestão. Ressaltou que, em nenhum momento, desrespeitou Didi Nery, destacando que o músico, inclusive, fazia parte da banda do bloco Furna da Onça, evento no qual ele teria grande satisfação em tê-lo presente. Ninha acusou o colega de torcer para que o evento não acontecesse, apenas para depois sair juntando os "coitados" na rua e oferecer uma quantia insignificante, tentando se promover às custas da gestão. Segundo ele, o objetivo de Alysson não era realizar um evento de verdade, mas sim criar uma narrativa para se beneficiar politicamente. Por fim, reforçou que, apesar de Alysson afirmar publicamente que não era contra o evento, internamente estaria insatisfeito, pois sabia que o carnaval de Cajazeiras seria um grande sucesso. Pela ordem, o Vereador Alysson criticou a fala do colega, afirmando que os músicos de Cajazeiras não eram "coitadinhos", mas sim profissionais que merecem respeito. Destacou que eles são tão dignos quanto qualquer outro trabalhador e que a música é uma profissão como qualquer outra. Ressaltou ainda que o Governo do Estado iria repassar R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o carnaval e questionou por que os demais vereadores não mencionavam o governador João Azevedo, sugerindo que estavam omitindo essa informação, assim como teriam feito no passado. Disse que trazia essa informação diretamente do secretário de comunicação. Alysson reafirmou sua posição contrária à contratação de Alok, argumentando que não fazia sentido pagar R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para um show sem músicos no palco, apenas com uma "radiola velha", enquanto o Pagodão SA, conhecido nacionalmente, custaria menos de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Por fim, cobrou mais valorização dos artistas locais e pediu que o foco da discussão não fosse desviado. Pela ordem, o Vereador Marcos do Riacho do Meio comentou sobre as declarações anteriores, afirmando que o carnaval de Cajazeiras envolve um investimento significativo e que o governador deveria ter destinado uma quantia muito maior para apoiar o evento.



Criticou o repasse de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), considerando-o insuficiente para uma cidade do porte de Cajazeiras, especialmente porque o governador obteve mais de 80% dos votos na cidade para se eleger. Destacou que essa ajuda já deveria ter sido enviada no ano anterior e que, além de não ter sido corrigida, permaneceu em um valor que não cobre nem metade do custo de uma banda nacional. O vereador comparou o carnaval de Cajazeiras com os de outras cidades da Paraíba, argumentando que poucas realizam eventos dessa magnitude. Sugeriu que os representantes políticos da cidade se mobilizassem junto ao governador para garantir um repasse maior, condizente com a importância do município, que é reconhecido como um polo cultural e educacional do estado. Por fim, afirmou que, embora não considerasse o valor uma esmola, achava inaceitável que uma cidade do porte de Cajazeiras recebesse uma quantia tão pequena do governo estadual para um evento de tamanha relevância. Pela ordem, o vereador Ninha esclareceu que não era contra os cantores de Cajazeiras e explicou o uso do termo "coitado". Justificou que sua fala se referia à situação vivida por artistas locais em eventos anteriores, citando o caso de Diego Batera, que, segundo ele, teria relatado em redes sociais ter sido agredido no palco, impedido de entrar e de se apresentar após o Xamegão. Reforçou que sua crítica era direcionada à forma como alguns músicos são utilizados para fins políticos, sendo valorizados apenas em determinados momentos e, posteriormente, submetidos a situações de desrespeito e humilhação nos palanques. Pela ordem, o vereador Helano Segundo disse que achava que embora reconhecesse que qualquer recurso fosse bem-vindo, não considerava os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) como um excelente investimento, especialmente para um evento de grande porte como o Carnaval de Cajazeiras. Lamentou que essa quantia fosse apresentada como uma grande contribuição, ressaltando que, na sua opinião, não era um valor adequado para o evento. Pela ordem, o vereador Alysson disse que, para ele, o problema era a falta de planejamento. Lembrou que, como o governo era de continuidade, já havia alertado no ano anterior que a prefeita Socorro Delfino havia dado entrada no pedido de recursos em um momento inadequado. Destacou que, como ela já era secretária de Educação e candidata, deveria ter elaborado um projeto durante a campanha e



enviado ao governo antes. Afirmou que a falta de planejamento foi um erro grave e que a responsabilidade pela situação era da gestão. Reforçou que, se o planejamento tivesse sido feito de forma adequada, poderia ter sido enviado antes ao governo, o que permitiria o repasse de um valor maior. Por fim, sugeriu que a prefeita devolvesse o valor, como o prefeito havia feito em outra ocasião, e pediu que o vereador Marcos do Riacho do Meio transmitisse essa mensagem à prefeita. Concluindo, o Vereador Marcos do Riacho do Meio afirmou que seria possível realizar o evento sem os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Em seguida, o presidente Lindberg Lira submeteu todos os requerimentos à votação, os quais foram aprovados por todos. Posteriormente, o presidente encaminhou às comissões o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 02/2025 e o PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 18/2025, ambos da Câmara, e o PROJETO DE LEI nº 17/2025, do Executivo. Por fim, o presidente informou ao público que os assistia, aos vereadores e ao auditório Maria do Carmo, que o Parlamento é isso: um espaço de discussões e ideias divergentes, mas onde todos se respeitam. Embora pudessem não concordar, era fundamental ouvir a opinião de todos. Não havendo mais nada a ser tratado, o presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar, foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa Diretora. Plenário Edmilson Feitosa Cavalcante. Em dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

PRESIDENTE.....

*Lindberg Lira*

1º SECRETÁRIO.....

*Helano Segundo*

2º SECRETÁRIO.....

*Otacílio Jurema*

APROVADO POR UNANIMIDADE!  
EM: 16 / 03 / 2025

*Helano Segundo*  
1º Secretário